

# Um Mundo que Mudou\*

António José Telo

*Director do Instituto da Defesa Nacional*

---

\* Este texto representa uma opinião exclusivamente pessoal, embora as preocupações aqui expressas venham a ter reflexos no conteúdo desta revista (só a partir de 2009).

Dizer que o mundo está a mudar é um lugar comum. A frase é sempre correcta, muito em particular, desde os já distantes anos da queda do muro. O que acontece, porém, é que o mundo efectivamente mudou algures em 2008. Para ser mais exacto, 2008 é um ano de múltiplas transições, ou, caso se prefira, é o ano em que uma série de processos de longo ou curto prazo se aceleraram ou intensificaram a ponto de entrarem numa nova fase.

Os processos são vários e de índole, ritmos, alcances e significados muito diferentes, embora, por sorte ou por azar, se acumulem e sobreponham neste que foi um dos anos mais importantes das últimas décadas. Vale a pena explicar um pouco melhor quais são, pois ainda não existe um consenso à volta da interpretação do que está a acontecer perante os nossos olhos.

### **Um Novo Sistema Internacional**

Uma das mais importantes mudanças foi a transição do sistema internacional. Vivemos ainda no mesmo sistema mundial que começou com o fim da 2ª Guerra Mundial, mas o sistema internacional mudou em 2008, sendo este possivelmente o último do actual sistema mundial.

Desde a queda do muro vivíamos num sistema internacional que por facilidade se classificava de unipolar, embora nunca o tivesse efectivamente sido. Os EUA permaneceram como o único pólo activo de dimensão global a partir da década de 1990 e, com o seu desempenho na primeira guerra do Golfo (1991), houve uma altura em que efectivamente deram a aparência de se estar a caminhar para a consolidação de um sistema unipolar. Simplesmente, mesmo então havia sintomas que seria um sistema unipolar incompleto e imperfeito. O que aconteceu é que mesmo esse não se consolidou, ou, caso se prefira, a transição ficou incompleta, abortou e inverteu a tendência antes de chegar à sua conclusão lógica. A influência global americana entrou numa fase descendente com a transição de milénio, o que coincidiu com as novas estratégias da administração Bush ensaiadas para responder ao 11 de Setembro. Vivíamos desde então a crise do sistema internacional tendencialmente unipolar, que embora continuasse a ser assim chamado, a verdade é que era cada vez menos unipolar.

Em nenhuma vertente importante as estratégias recentes da administração Bush conduziram aos resultados esperados e a influência americana no mundo decresceu, enquanto aumentava a importância de outros agentes do sistema internacional, estatais

ou não. Esta evolução foi especialmente notória no campo económico: a crise financeira e as dificuldades americanas nos últimos tempos contrastam com o pujante desenvolvimento das economias ascendentes, que continuam a registar taxas superiores a 10%. Quando da recente crise da *subprime* nos EUA – uma crise que ainda não terminou (em Agosto de 2008) – assistimos a algo impensável há poucos anos: a ajuda financeira fundamental para conter a situação veio da China. Na realidade, no campo financeiro, os EUA são um gigante com pés de barro, muito dependentes das movimentações de uma massa substancial de capitais internacionais que não controlam.

O problema da criação de uma nova hegemonia global não é principalmente de ritmos de crescimento económico. Pelo contrário, os ritmos de crescimento são mais o resultado da visão global adoptada do que a sua causa. O problema central é político e pode resumir-se na capacidade de responder aos novos desafios colocados e, a partir das soluções avançadas, construir uma aliança renovada que esteja na origem de uma hegemonia. Ora foi neste campo que os EUA revelaram mais dificuldades nos tempos recentes.

Não se pretende dizer com isto que os EUA não continuem a ser o mais importante agente global e não possam mesmo renovar a sua liderança, com uma mudança de estratégia. A grande república americana já provou várias vezes que é demasiado dinâmica, jovem e inovadora para ir abaixo com os erros de uma administração. Não é impossível, em resumo, que num futuro mais ou menos afastado se venha a consolidar um novo sistema internacional em que os EUA sejam o único pólo, mas não é essa a situação actual, nem é essa a tendência da evolução. De momento e desde há alguns anos inverteu-se a tendência de caminhar no sentido de um mundo unipolar. Esta evolução tem reflexos a todos os níveis, fazendo com que, por exemplo, tenha desaparecido o consenso entre os principais partidos americanos à volta da política externa.<sup>1</sup>

Mas não são só os EUA que têm dificuldades em afirmar lideranças. O que aconteceu numa escala global foi repetido numa escala regional em quase toda a parte. Nos últimos anos assistimos a um processo geral de diluição e enfraquecimento das lideranças, atrasando a criação de hegemonias, a nível militar, económico, cultural, ou outros. A afirmação é verdadeira tanto numa aproximação regional como sectorial e as excepções são poucas e de menor importância.

---

1 Ver Charles A. Kupchan e Peter Trubowitz, "Dead Center: the Demise of Liberal Internationalism in the United States", *International Security*, Vol. 32, nº 2 (Fall 2007), pp. 7-44.

Mesmo nas regiões em que um agente sobressai sobre todos os outros com um peso relativo esmagador, isso não se traduz em termos de afirmação de lideranças. Um dos melhores exemplos desta afirmação é o caso da Índia, um centro imenso de poder regional, vários pontos acima dos seus vizinhos próximos em qualquer vertente quantificável em que se pretenda medir o poder. A Índia é um poder nuclear que representa qualquer coisa como 74% da população, 55% das Forças Armadas, 82% do PNB e 80% das despesas militares da Ásia do Índico, mas isso não a transforma no líder da região. O que verificamos, pelo contrário, é um agravamento das rivalidades tradicionais entre estados nesta zona, a que se somam tensões e conflitos que não conhecem fronteiras e surgem à superfície sob a forma de explosões de violência interna ou internacional. Um poder relativo imenso numa escala regional, em resumo, não se traduz na capacidade de exercer uma liderança, que seria a base da consolidação de uma hegemonia mesmo parcial.

Se olharmos para outras regiões, como a África, o Médio Oriente, o Extremo Oriente ou a América Latina, a falta de liderança efectiva é igualmente evidente, do mesmo modo que é evidente o acumular de tensões que levanta volta e meia o fantasma dos conflitos tradicionais entre estados - veja-se a recente crise diplomática entre a Colômbia, a Venezuela e o Equador, ou o ainda mais recente conflito entre a Rússia e a Geórgia.

A Europa parece ser a excepção à regra, com o progressivo alargamento da União Europeia e da NATO, numa região onde se afirma uma liderança multilateral em construção lenta e progressiva. Mas, mesmo na Europa, quando examinamos os últimos anos, o que encontramos é uma forte oscilação do processo de consolidação da liderança regional, ou, no mínimo, um enervante compasso de espera. O falhanço da Constituição Europeia e as dificuldades de levar para diante uma sua versão reduzida e mais complexa com o Tratado de Lisboa,<sup>2</sup> bem como as dúvidas e incertezas que tendem a toldar a “visão europeia”, são um bom exemplo disso.

O panorama a que chegamos, em resumo, é o de um fenómeno geral e condicionador do sistema internacional, com manifestações de diverso tipo. Estamos perante uma tendência para diluir as lideranças e as hegemonias tanto globais como regionais, num processo ainda incompleto, mas que torna já crescentemente difícil concentrar vontades e obter unanimidades ou amplas maiorias para resolver os problemas sentidos por todos.

---

2 Ver Luís Amado, “Portugal e a Europa Depois do “Não” da Irlanda”, *Segurança & Defesa*, Julho-Setembro 2008, pp. 12-15.

É irónico que este desenvolvimento surja justamente na altura em que a colaboração multilateral é mais necessária do que nunca. Este é o principal paradoxo do novo tempo.

-\*-

O fenómeno é especialmente significativo porque nasce de mão dada com um outro, que lhe está intimamente ligado: a crise do conceito tradicional de soberania com as crescentes dificuldades na manutenção da coesão interna de múltiplos estados.

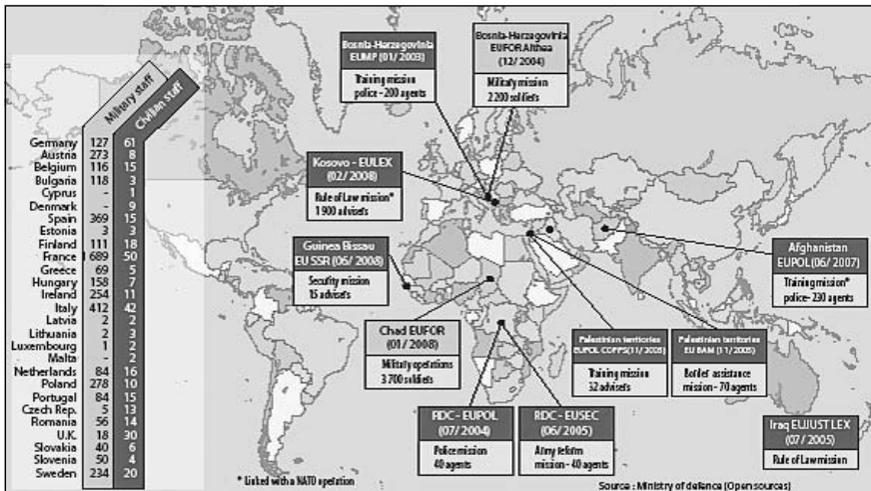
O fim da guerra fria levou à multiplicação do número de estados, que passaram em termos globais da centena e meia de 1990 para os mais de 220 de 2008, num processo que nada garante que esteja concluído. Como seria de esperar, isto levou ao crescimento do número de estados frágeis, incapazes de exercerem o monopólio da violência organizada no seu território. Alguns estados entraram mesmo em colapso efectivo, perdendo o controlo sobre parte do território. Enquanto isto acontece, múltiplas actividades estruturam-se numa rede global de crescente importância, recorrendo com frequência ao uso de violência organizada e conseguindo muitas vezes o controlo total ou parcial de um território – é o que acontece no campo do narcotráfico, do terrorismo internacional, do crime organizado, da emigração ilegal e noutros.

Esta evolução provocou uma outra, particularmente evidente na última década: a multiplicação das intervenções internacionais na resolução de crises. A projecção de forças expedicionárias internacionais era rara até há duas décadas, mas é hoje uma acção normal e frequente, com múltiplos enquadramentos. A França em 2008, por exemplo, mantém destacamentos expedicionários em 23 locais de quatro continentes, alguns de dimensão significativa, como os 1587 franceses no Líbano, os 1155 no Afeganistão ou os 1050 no Chade, embora outros de dimensão bastante menor, como os 150 franceses no Tajiquistão ou os 13 observadores no Sahara Ocidental. Mas não são só os poderes de média ou grande dimensão que conhecem este fenómeno. Um pequeno estado como a Lituânia, em 2008, mantém presença militar no Afeganistão, na Bósnia, na Geórgia, no Iraque e na Sérvia, com forças que vão desde os poucos observadores até ao destacamento de 200 indivíduos.

Assistimos assim a uma nova realidade no sistema internacional que se tem desenvolvido nos últimos anos como as duas faces da mesma moeda: por um lado, a crescente debilidade de muitos estados tradicionais que se tornam “exíguos” (na expressão do Prof. Adriano Moreira) ou entram mesmo em colapso total ou parcial; por outro o crescimento do que podemos chamar os exportadores multilaterais de segurança aos

mais diversos níveis, estatais e privados, com diferentes enquadramentos e justificações. Sem esta tendência de desenvolvimento recente seria muito difícil manter um quadro de segurança mínimo em múltiplas regiões, o que provocaria um aumento das catástrofes humanitárias que, mesmo assim, tendem a crescer.

Não se trata de uma novidade absoluta, pois algo de semelhante existiu desde a criação da ONU e até antes - basta recordar a intervenção da Sociedade das Nações na Guerra Civil de Espanha, em 1936-1939. A novidade está na escala: nos últimos anos a projecção de forças multilaterais tornou-se uma actividade normal e regular, a pontos de ser por vezes a principal área de acção no campo da defesa de muitos estados da União Europeia. A própria União Europeia, como Javier Solana refere, coordenou desde 2003 mais de 20 operações civis e militares em três continentes, envolvendo em 2008 para cima de 10 000 indivíduos<sup>3</sup> e isto sem ser o principal promotor deste tipo de operações.



Source : ministère de la Défense.

### Operações Militares da União Europeia em 2008,

Fonte: *Defense et Sécurité Nationale - Le Livre Blanc*, Paris, 2008, vol. I, p. 104.

3 Javier Solana, "Stratégie Européenne de Sécurité", *Defense Nationale et Sécurité Collective*, Paris, Julho de 2008, p. 29.

.\*\_

Uma outra novidade recente no sistema internacional é o que podemos chamar a multiplicação de agentes com o crescimento da importância dos agentes não estatais. Mais uma vez não se trata de uma novidade absoluta, pois os agentes não estatais sempre existiram no sistema internacional; a novidade está no seu peso relativo, pois a tendência recente é para uma sua ampla multiplicação, a pontos de se tornarem os protagonistas principais de certas crises. As organizações não estatais aumentam igualmente de importância a outros níveis da acção internacional, desde a ecologia, às crises humanitárias ou à economia.

Segundo os dados do Military Balance de 2008, existem a nível mundial largas dezenas de grupos armados não estatais, com motivações e acções muito distintas. Alguns actuam há dezenas de anos, mas a maior parte são muito recentes. As suas dimensões são variáveis e difíceis de avaliar, pois a composição da maior parte deles é sujeita a discussão e com fronteiras difusas. Cerca de duas dezenas destes grupos gabam-se de contar com mais de dez mil indivíduos armados, o que os coloca acima de muitos dos exércitos mundiais; é o caso da FARC ou da AUC da Colômbia, da AIS da Argélia, de múltiplas organizações no Iraque, Afeganistão, Palestina, África e Caraíbas.

Paralelamente assistimos a outros fenómenos interligados. Um deles é o amplo desenvolvimento das organizações privadas de segurança, catapultadas para uma acção importante em certas crises, não só no campo da criação de segurança mas igualmente na reconstrução das sociedades. Nalguns casos estas organizações são as únicas que conseguem garantir a reconstrução e funcionamento das redes básicas de sustentação da vida.

.\*\_

No global, pelas razões invocadas e por outras que são mencionadas a seguir, penso que podemos falar de uma mudança no sistema internacional em 2008. Algures neste ano fez-se a transição entre um sistema internacional tendencialmente unipolar - que nunca alcançou a sua maturidade - para um outro não polar ou apolar. O conceito de "apolaridade" foi avançado recentemente por vários autores<sup>4</sup> e vai marcar a realidade dos

---

4 Como, por exemplo, Richard Haas, "The Age of Nonpolarity", *Foreign Affairs*, Maio-Junho 2008, pp. 44-57.

próximos tempos. Já não caminhamos no sentido do unipolar, em resumo, e a dificuldade de afirmar lideranças operativas a qualquer nível importante, bem como as tendências indicadas, leva a que não vivamos num sistema multipolar, mas sim num apolar.

O actual sistema é caracterizado pela dificuldade em afirmar lideranças e, por maioria de razão, hegemonias; pelo enfraquecimento do conceito tradicional da soberania dos estados; pelo alargamento das áreas de insegurança ou mesmo de caos; pela multiplicação dos actores não estatais; pelo crescimento das intervenções internacionais nas áreas críticas; pelo crescimento e multiplicação da conflitualidade e das rivalidades. O principal motivo para que se possa falar de um novo sistema internacional desde 2008, porém, não é nenhum dos invocados, mas outro: emergiram novos problemas que se traduzem em ameaças de tipo diferente, algumas com uma dimensão muito superior à do passado – assunto desenvolvido a seguir. Na realidade, perante a dimensão das “novíssimas ameaças” as que foram chamadas de “novas” depois do 11 de Setembro, como o terrorismo internacional, são meros “meninos de coro”. Deve ser acrescentado que, em larga medida, a dificuldade em afirmar lideranças resulta justamente do facto de ainda não haver respostas efectivas para os problemas emergentes, sendo que as respostas tradicionais do passado já não conseguem unir vontades à sua volta em número suficiente. O novo sistema apolar, em resumo, é mais variado, mutável, complexo e imprevisível do que o anterior.

É irónico que este seja o resultado a que se chega 18 anos depois do fim da guerra fria, num período que, segundo as previsões de alguns autores dos anos noventa, seria marcado pelo “fim da História” e dos conflitos. O que assistimos é a uma explosão da conflitualidade que deixa de conhecer fronteiras e regiões claramente demarcadas, paralela a uma alteração drástica do seu tipo, o que não significa que as anteriores modalidades tenham desaparecido.

-\*-

Perante isto, convém repetir a pergunta do grande poeta: *“que pode fazer um bicho da terra tão pequeno?”* (Luís de Camões). Este não é o lugar para responder, mesmo resumidamente, mas não há dúvidas que são necessárias novas soluções pois os problemas são diferentes do passado; estas soluções terão de ser edificadas numa escala multilateral e, na maior parte dos casos, global. Nenhum agente por si, mesmo os EUA, a China ou a União Europeia, tem a escala e a densidade necessária para aplicar uma solução global efectiva de forma isolada.

No novo contexto é mais necessário do que nunca defender e reforçar a coesão das zonas que se afirmam como centros de lógica e ordem, como um “universo kantiano” que exporta segurança. É necessário igualmente ter em conta que as soluções tradicionais não estão adaptadas aos novos problemas e que as ameaças que é possível prever não têm fronteiras nem partem de zonas específicas ou fundamentalmente de agentes estatais – são difusas, baseadas em rede, flexíveis e adaptáveis, num combate de longo prazo que se trava essencialmente para a conquista das mentes e do pensamento.

Tal como aconteceu depois da 2ª Guerra Mundial, ainda agora a comunidade Atlântica se afirma como a principal das zonas de estabilidade em termos globais, numa parceria que se deve entender a duas vozes (EUA e União Europeia). É essencial rever e reforçar os laços existentes nesta zona básica para a edificação de um novo sistema que acabe por ultrapassar a instabilidade inerente ao mundo apolar que agora começa. A parceria Atlântica não só continua mais actual do que nunca, como ainda é o grande eixo que pode estruturar uma futura ordem internacional numa escala global. Isto passa pela invenção de novos conceitos para as instituições que materializam a cooperação Atlântica no campo da segurança e defesa, a começar na NATO.

A renovação da NATO é algo de fundamental nos próximos anos. A alteração terá de ser de tal monta que podemos falar no seu renascimento ou refundação. Não é este o local para desenvolver o assunto, mas a NATO tem de passar a curto prazo para uma nova fase. Os condicionalismos do seu nascimento implicaram que ela tivesse a marca de uma organização baseada na defesa passiva, territorialmente limitada e marcada pela ideia central de assegurar a integridade e soberania tradicional dos estados membros. Os condicionalismos do momento presente fazem com que ela tenha de evoluir para uma organização marcada pela defesa activa, sem limites territoriais para a sua acção e preocupada em termos globais com a manutenção de um sistema de valores universais e a consolidação do quadro geral de segurança dos estados membros. É uma mudança que se descreve em poucas linhas, mas que vai demorar muito tempo a realizar, até porque ela parte da renovação política da parceria Atlântica, que ainda só deu os primeiros passos. Tudo isto tendo na base a necessidade de encontrar soluções adaptadas aos problemas reais do momento presente e não aos do passado.

É de notar, aliás, que toda a evolução recente da NATO vai no sentido indicado, embora a formulação teórica ainda não acompanhe essa realidade. A NATO, em resumo, tem a vocação de se tornar o “braço armado” de uma renovada parceria Atlântica, algo

essencial para ultrapassar com o tempo o sistema apolar que agora começou. A revisão do “conceito estratégico” da NATO passa necessariamente por aqui, como passo essencial para a construção do futuro. Não falo obviamente da “pequena revisão” que vai ocorrer dentro em breve; falo da grande revisão que tem por detrás, necessariamente, um repensar da parceria Atlântica.

### **Uma Crise Secular - o Modelo de Crescimento**

A mudança a que assistimos não foi só a do sistema internacional, embora essa por si já fosse de grande envergadura, num ritmo que se mede por décadas. A mudança, porém, foi muito mais ampla e vasta. Em 2008 passamos a viver na fase crítica e mais difícil de uma crise há muito anunciada, mas adormecida ou atenuada até aqui: a crise dos recursos.

O que está em causa é um modelo de desenvolvimento multi-secular baseado na exploração intensiva de recursos não renováveis ou, caso se prefira, de recursos que têm ciclos de renovação que se medem em milénios, quando o crescente consumo aponta para se atingir o pico de produção de muitos deles dentro de anos ou décadas. Como a procura de quase todos os recursos é crescente numa curva exponencial, a tendência é para um agravamento da situação: uma crescente procura paralela a uma oferta em queda.

É de notar que a procura crescente não está somente ligada à explosão populacional, embora esta seja uma realidade. Ela tem sobretudo a ver com o crescimento da classe média em múltiplas sociedades, pois a classe média urbanizada é a grande consumidora de recursos. Só a evolução previsível da China e da Índia num horizonte de dez anos trará consigo um aumento de cerca de trezentos milhões de indivíduos na classe média (o que não é muito para uma população total de 2500 milhões), mas corresponde a duplicar a classe média da Europa e dos EUA – e isto sem contar com a evolução noutras áreas do globo.

O caso mais evidente da crise de recursos é o dos combustíveis fósseis. A energia barata, base do modelo de crescimento prevalecente, pura e simplesmente acabou ou, como mínimo e na versão mais optimista, sofreu uma forte machadada em 2008. É certo, como afirma Amy Jaffe,<sup>5</sup> que a “crise do petróleo” tem sido anunciada há muito e os

---

5 Amy Meyers Jaffe, *The Impending Oil Shock*, “Survival”, Agosto 2008, pp 61-68.

anteriores choques foram sempre seguidos por uma recuperação. O mais recente destes “choques”, com a rápida passagem do preço do barril de crude de 70 para cerca de 147 dólares (em meados de 2008) teve um efeito imenso e ainda não superado na economia internacional. Nada indica, em resumo, que o choque de 2008 seja o último e que não possa ser recuperado; mas tudo indica que a recuperação, mesmo que exista será só parcial numa crise que se tende a agravar e não a melhorar.

Há respostas mais ou menos eficazes para a carestia do crude. Algumas são de médio prazo, como o desenvolvimento das energias renováveis, o recurso ao nuclear e a novas formas de energia ou a promoção da poupança (diga-se que a melhor medida de poupança é o aumento do preço). Outras respostas são de curto prazo, como a pressão para aumentar a produção, o recurso a reservas estratégicas que se lançam parcialmente no mercado para combater a crise imediata ou o combate à especulação. As medidas de curto prazo, associadas aos menores consumos no Verão, conseguiram obter uma queda do preço do crude a partir de Julho de 2008. Simplesmente, é uma descida inserida numa linha que, embora zigzagueante, vai no sentido ascendente.

As visões sobre a evolução da curva do petróleo variam, não sendo certo quando se alcançará ou se já se alcançou o pico da produção numa escala global. Simplesmente a variação das previsões traduz-se num leque em que os pontos extremos estão entre 2005 (Matthew Simmons ou Bakhtiari) e 2025 (previsões da Shell).<sup>6</sup> Ora isto acontece numa altura em que o consumo aumenta muito (ver gráfico sobre as previsões de emissões de CO<sub>2</sub>) e se altera em termos geográficos. O resultado fatal é uma forte pressão para o aumento do preço. Chegamos, em resumo, ao fim da “era do petróleo” que começou no alvorecer do século XX.

---

<sup>6</sup> Ver Howard Kunstler, *O Fim do Petróleo*, Lisboa, Bizâncio, 2006 ou Paul Roberts, *The End of Oil*, Londres, Bloomsbury, 2005.

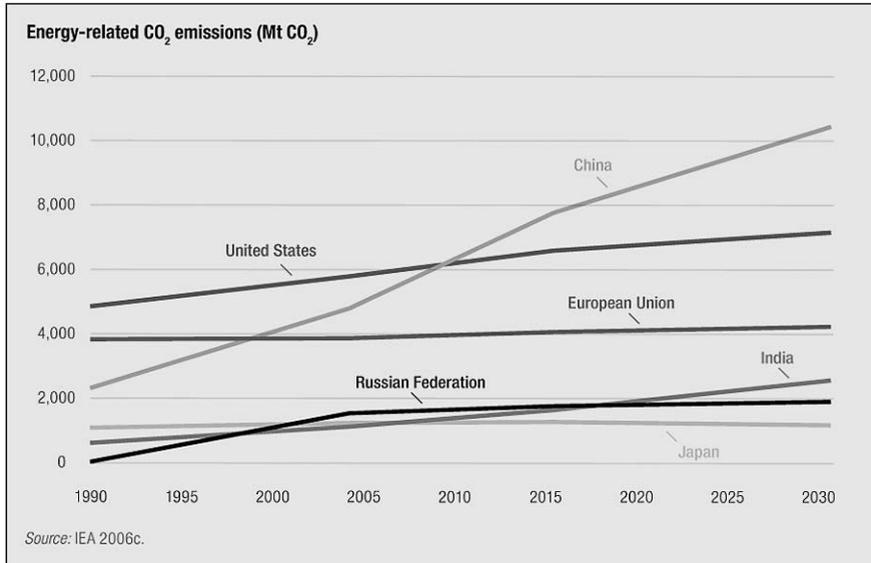


Gráfico “Emissões de CO<sub>2</sub> ligadas à energia”, UN, *Human Development Report 2007-2008*, p. 56. A projecção permite verificar facilmente de onde parte a pressão para o aumento da procura de energia e a forma como esta irá crescer nas próximas décadas.

-\*-

O grande problema é que todas as medidas pensadas só produzem resultados sustentáveis e numa escala significativa a médio prazo, enquanto a crise é imediata e crescente. É de prever que no cômputo final teremos sempre de enfrentar um aumento significativo do preço da energia. Como dizia W. Churchill em 1942: *“Ainda não é o fim; não é sequer o começo do fim; mas é o fim do começo”*.

Os efeitos deste aumento do preço são imensos em sociedades habituadas de longa data a energia barata, que a consomem em grande quantidade. Uma primeira tendência é para os sectores mais afectados pelo aumento do preço dos combustíveis reclamarem pela forma clássica e tradicional, ou seja, pressionando para o estado os subsidiar - foi o caso dos camionistas, taxistas, pescadores, agricultores e motoristas em geral. Não tardou a verificar-se que estas reclamações provocavam grandes perturbações na sociedade, em particular em casos como a Espanha e a França, pois tinham a potencialidade de paralisar ou prejudicar fortemente o funcionamento da economia e de degenerar em formas de

violência muito preocupantes (vários camiões TIR foram incendiados em Espanha, em confrontos violentos que provocaram mortos e feridos, para dar só um exemplo).

Não tardou a verificar-se igualmente que estas movimentações dificilmente poderiam ser eficazes, pelo simples motivo que o movimento ascendente do preço do crude é de longo prazo, afecta a sociedade como um todo e o estado não pode subsidiar tudo por todo o tempo, sob pena de cair na bancarrota muito antes da crise estar terminada. Nestas movimentações surgiram com maior maturidade e desenvolvimento novas formas organizativas de contestação, muito mais difíceis de acompanhar e de controlar do que no passado. São formas que apontam para o futuro, pois não dependem de uma organização hierárquica, de estruturas permanentes ou mesmo de uma direcção no sentido tradicional do termo. São organizações em rede, flexíveis, sem comando centralizado, mobilizáveis em poucas horas por telemóvel e internet, sem rosto e sem política no sentido tradicional do termo – as organizações típicas do sistema apolar.

Este tipo de contestação mais não é que do que uma primeira e imediata reacção a um processo de longo prazo, que só agora começou. O impacto posterior será muito maior, não tenhamos ilusões. O que é colocado em causa é todo o modelo de crescimento e as ondas de choque vão afectar tudo e todos.

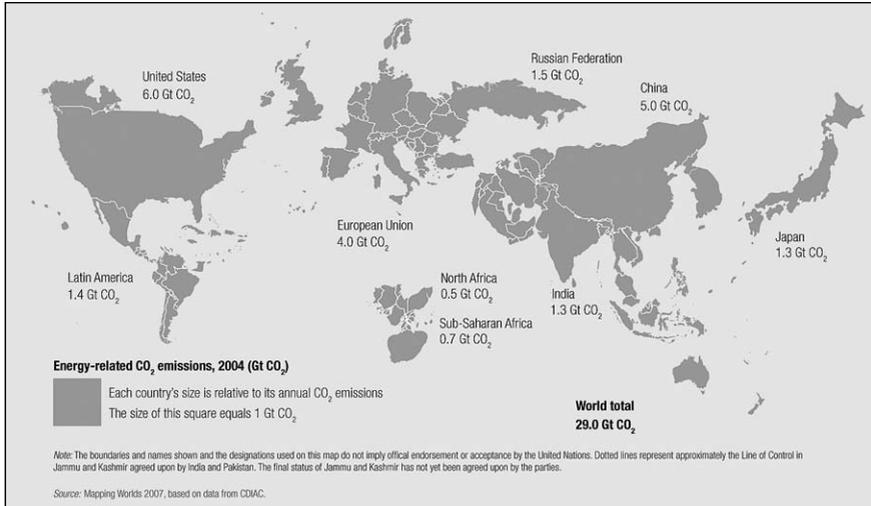
É preciso ter em conta igualmente que o petróleo é somente um dos recursos que se torna escasso. A médio prazo outros podem provocar abalos muito mais importantes, desde a água, aos alimentos (coisas essenciais para sustentar a vida), sem esquecer certas matérias-primas críticas.

### **Uma Crise Milenar**

Em 2008 atingiu a maturidade ainda uma outra crise de duração muito mais longa, que se fez sentir de forma mais aguda, condicionando e enquadrando todas as restantes. Trata-se do que, por facilidade de expressão, se chama simplesmente de “mudança climática”.

Até há pouco este era um assunto muito polémico e respeitáveis autores não hesitavam mesmo em dizer que se tratava de um “produto imaginário” sem base científica ou, a ter alguma, os seus efeitos eram de tal modo vagos e lentos que não valia a pena sequer falar no assunto. Hoje em dia já poucos pensam assim, pois tornou-se evidente que embora a mudança de fundo seja de longo prazo, diversos factores estão a acelerar o processo e os efeitos são sentidos de forma crescente desde agora.

Na altura em que a França assumiu a presidência da União Europeia, o seu Primeiro-Ministro François Fillon afirmou<sup>7</sup> que a “primeira prioridade” (atenção: primeira prioridade!!) da Europa é “responder ao desafio climático; e neste campo a Europa deve dar o exemplo”. A afirmação foi assim justificada: “deve fazê-lo porque é uma prioridade do conjunto da humanidade, deve fazê-lo com o objectivo de arrastar consigo o conjunto da humanidade num acto responsável para preservar o planeta”.



Mapa *Varição Global na Emissão de CO<sub>2</sub>*, UN, *Human Development Report 2007-2008*, p. 42.

Quando falamos de mudança climática, estamos na realidade a mencionar dois fenómenos distintos. Um primeiro, são os ciclos de glaciação do planeta Terra, que se medem em dezenas de milhares de anos e pouco dependem da acção do homem. Um outro, é o aquecimento global, traduzido num aumento das temperaturas médias no último século, que se deve em larga medida à acção do homem e que se agravou fortemente nas décadas recentes. Em relação ao primeiro fenómeno pouco se pode fazer, mas em relação ao segundo a acção do homem, desde que coordenada e numa escala global, pode ser muito importante na sua contenção ou mesmo inversão. Como os mais

<sup>7</sup> A 18 de Junho de 2008, no debate da Assembleia Nacional da França sobre a presidência europeia. Em [www.premier-ministr.gouv.fr](http://www.premier-ministr.gouv.fr).

recentes relatórios da ONU referem, a janela de oportunidade para inverter o processo e evitar “*mudanças climáticas catastróficas*” (sic) nas próximas décadas está a fechar-se. É claro que neste campo de pouco vale a União Europeia levar a cabo um programa bem sucedido se, por exemplo, a China nada fizer – a China está em vias de superar os EUA como a principal fonte de emissão de CO<sub>2</sub> (ver mapa e gráfico).

É muito discutível saber qual o efeito desta crise imensa a curto prazo, em termos nomeadamente da alteração da pluviosidade, temperaturas médias e subida do nível dos mares. Alguns estudos recentes em Portugal (Ministério do Ambiente, Lisboa, 2008) mostram que estamos na primeira linha da União Europeia, ou seja, que seremos dos primeiros afectados e dos mais afectados.

#### OPINIÃO DO MINISTÉRIO DO AMBIENTE

*“Por exemplo, prevê-se que a disponibilidade de água e o rendimento das culturas na Europa do Sul baixem em 20% face a uma subida de 2º nas temperaturas médias globais. (...)*

*Daqui resulta que Portugal se conta entre os países para os quais é mais importante, quer o combate às alterações climáticas, quer as políticas de adaptação a situações extremas de origem climática, tais como secas, cheias, fogos florestais, erosão costeira, vagas de calor, entre outras”.*

*Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional – Balanço de Dois Anos 2005-2007, Lisboa, Edição do MAOTDR (sem indicação de autor), p. 16.*

Potencialmente este é o maior desafio da humanidade nas próximas décadas e tudo depende da resposta que lhe for dada, sendo certo que não há resposta possível na escala de um qualquer estado ou mesmo de uma região. O que está em causa, mais uma vez, é muito vasto: a relação do homem com o ecossistema global que lhe sustenta a vida. É uma crise que se prende directamente com a anterior, pois quase todos os factores de agravamento estão ligados aos efeitos acumulados durante os últimos séculos de um modelo marcado pela procura do crescimento quantitativo. O que está em causa, em última instância, são noções de base do que podemos chamar valores civilizacionais.

#### Um Tempo de Tempestades - o Sistema Apolar

Vivemos pois numa encruzilhada de crises e transições, umas que se medem em décadas, outras em séculos e outras em milénios – mencionei de forma muito resumida só algumas.

É um tempo de tempestades, em muitos sentidos: as tempestades e outros fenómenos hidrometeorológicos afectam cada vez mais pessoas (ver gráfico da ONU), as lideranças tem dificuldades em afirmar-se e em impor soluções globais, os problemas centrais são diferentes do passado, embora os do passado não tenham desaparecido, a instabilidade cresce, as crises multiplicam-se.

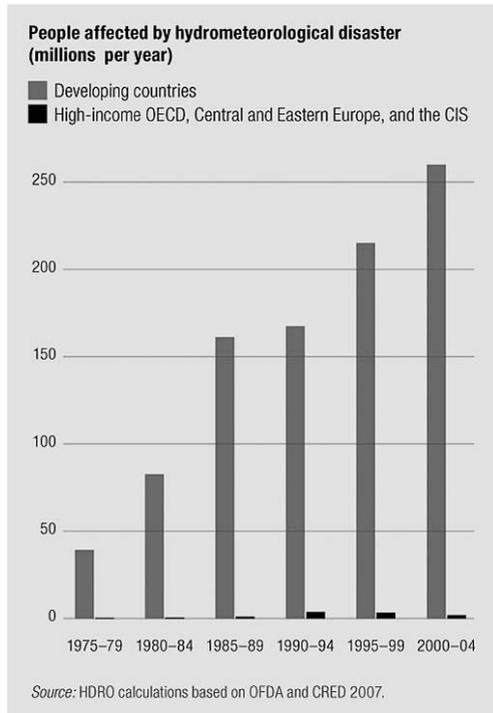


Gráfico “Pessoas afectadas por desastres hidrometeorológicos”,  
UN, *Human Development Report 2007-2008*, p. 75.

Quis o acaso ou o ritmo histórico que todas estas crises alcançassem uma fase de agudização ou de mudança à volta de 2008 – o ano em que o mundo mudou.

O resultado imediato foi uma alteração das regras do jogo, com novos equilíbrios (ou desequilíbrios) e um geral alargamento da sensação de incerteza e dúvida. De repente e perante o impacto da novidade, nada parece sólido e duradouro. Como acontece normalmente, o pensamento e a teoria são os últimos a adaptarem-se à mudança e a compreen-

derem o grande salto qualitativo que se deu. As pessoas, em resumo, têm a tendência de pensar em situações novas com os conceitos e teorias do passado e vão demorar algum tempo a perceber que os resultados não são famosos.

Vai começar um período difícil, de confiança abalada, de dúvidas, de alargamento e diversificação qualitativa das crises, de surpresas e estupefação, colocando em causa o que era dado como certo e permanente. É o tempo das tempestades, o tempo do sistema apolar.

Na devida altura acabarão por surgir novas teorias e conceitos, que serão necessariamente a base das soluções para os problemas que se enfrentam. Quem elaborar as novas respostas e, sobretudo, quem souber reunir vontades à sua volta para aplicar as soluções numa escala global, acabará por afirmar lideranças e elas irão construir as novas hegemonias, base de um renovado modelo estável do sistema internacional. A ordem internacional emergente renascerá então acabando com o caos relativo anterior, pondo fim ao modelo apolar que agora começa. Até lá, viveremos necessariamente este tempo atribulado, ingrato e difícil.

No período que agora começa, o debate e a investigação são mais necessários do que nunca, pois eles são a base da renovação das ideias e teorias que conduzem a novas soluções. Quanto maior for a confusão e as dúvidas, mais necessário é entender o que se está a passar, pois essa é a base para edificar uma linha de ação bem sucedida. De nada vale esconder a cabeça na areia e dizer que tudo continua como dantes. O novo papel do IDN prende-se com esta conjuntura.